

	Estado de Mato Grosso Assembleia Legislativa	
Despacho	NP: 80iyfmbo SECRETARIA DE SERVIÇOS LEGISLATIVOS 10/12/2025 Projeto de lei nº 1956/2025 Protocolo nº 12883/2025 Processo nº 4007/2025	
Autor: Dep. Elizeu Nascimento		

Dispõe sobre a proibição do uso de drogas ilícitas nos logradouros públicos e áreas de entorno de unidades escolares, universidades, creches, hospitais e demais equipamentos públicos no âmbito do Estado de Mato Grosso, estabelece penalidades administrativas e prevê ações de enfrentamento conjunto entre Estado e Municípios.

A **ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**, tendo em vista o que dispõe o Art. 42 da Constituição Estadual, aprova e o Governador do Estado sanciona a seguinte lei:

Art. 1º Esta Lei dispõe sobre a proibição do uso de drogas ilícitas nos logradouros públicos e áreas de entorno de unidades escolares, universidades, creches, hospitais e demais equipamentos públicos no âmbito do Estado de Mato Grosso, estabelecendo penalidades administrativas e prevendo ações de enfrentamento conjunto entre o Estado e os Municípios.

Art. 2º Para os efeitos desta Lei, consideram-se:

I - **Drogas ilícitas:** substâncias ou produtos capazes de causar dependência, conforme definidos na Lei nº 11.343, de 23 de agosto de 2006, e suas atualizações, e na legislação sanitária;

II - **Logradouros públicos:** vias, parques, praças, jardins, calçadas, passeios, ciclovias e quaisquer outros espaços públicos de uso comum do povo;

III - **Áreas de entorno:** o espaço compreendido em um raio de até 100 (cem) metros de unidades escolares, universidades, creches, hospitais e demais equipamentos públicos;

IV - **Equipamentos públicos:** quaisquer edifícios, instalações ou áreas destinadas à prestação de serviços públicos, tais como centros comunitários, postos de saúde, bibliotecas públicas, centros culturais, ginásios esportivos e demais similares.

Art. 3º São diretrizes desta Lei:

	Estado de Mato Grosso Assembleia Legislativa	
-----------------------------------------------------------------------------------	--------------------------------------------------------	-------------------------------------------------------------------------------------

- I - A proteção da saúde pública e da segurança coletiva;
- II - A prevenção do uso e abuso de drogas, especialmente entre crianças e adolescentes;
- III - A promoção de ambientes seguros e saudáveis nos espaços públicos;
- IV - O fortalecimento da cooperação entre o Estado e os Municípios na implementação de políticas públicas de segurança e saúde.

Art. 4º São objetivos desta Lei:

- I - Reduzir o uso de drogas ilícitas em logradouros públicos e áreas sensíveis;
- II - Proteger as populações vulneráveis, em especial crianças, adolescentes, pacientes hospitalares e estudantes, da exposição ao uso de drogas ilícitas;
- III - Contribuir para a manutenção da ordem pública e a sensação de segurança nos espaços públicos;
- IV - Integrar ações de fiscalização com programas de prevenção e tratamento do uso de drogas.

Art. 5º A aplicação desta Lei observará os seguintes princípios:

- I - Dignidade da pessoa humana;
- II - Legalidade;
- III - Proporcionalidade e razoabilidade das medidas aplicadas;
- IV - Respeito aos direitos humanos e às garantias fundamentais;
- V - Prioridade absoluta à proteção da criança e do adolescente.

Art. 6º Fica proibido o uso de drogas ilícitas nos logradouros públicos e nas áreas de entorno de unidades escolares, universidades, creches, hospitais e demais equipamentos públicos, em todo o território do Estado de Mato Grosso.

Art. 7º O Poder Executivo Estadual, em parceria com os Municípios, desenvolverá e implementará ações que visem o cumprimento desta Lei, incluindo:

- I - Campanhas educativas e de conscientização sobre os riscos e as consequências do uso de drogas ilícitas, com foco na proteção dos espaços públicos e das populações vulneráveis;
- II - Instalação de sinalização clara e visível nos locais abrangidos pela proibição, informando sobre a vedação do uso de drogas e as penalidades aplicáveis;
- III - Fortalecimento dos programas de prevenção, tratamento e reinserção social de usuários de drogas;
- IV - Estabelecimento de protocolos de cooperação e integração entre órgãos estaduais e municipais de segurança pública, saúde, educação e assistência social para o enfrentamento do problema.

Art. 8º O descumprimento da proibição estabelecida no Art. 6º desta Lei sujeitará o infrator às seguintes penalidades administrativas, sem prejuízo das sanções civis e criminais cabíveis, nos termos da legislação

	Estado de Mato Grosso Assembleia Legislativa	
-----------------------------------------------------------------------------------	--------------------------------------------------------	-------------------------------------------------------------------------------------

federal:

I - Advertência: Na primeira constatação da infração, o infrator será advertido por escrito, com a indicação das consequências do descumprimento reiterado.

II - Multa: Em caso de reincidência ou recusa em cessar a conduta após a advertência, será aplicada multa administrativa.

Art. 9º A multa administrativa, de que trata o inciso II do Art. 8º, será fixada em valor correspondente a 10 (dez) Unidades Padrão Fiscal (UPF/MT).

§ 1º Em caso de nova reincidência, o valor da multa será duplicado.

§ 2º Os valores arrecadados com as multas serão destinados ao Fundo Estadual de Saúde para aplicação em programas de prevenção, tratamento e reinserção social de usuários de drogas.

Art. 10. As penalidades administrativas previstas nesta Lei são cumulativas e não excluem a aplicação das medidas e sanções previstas na Lei nº 11.343/2006 ou em outras normas federais, estaduais e municipais pertinentes.

Art. 11. A fiscalização do cumprimento desta Lei e a aplicação das penalidades administrativas caberão, de forma conjunta, aos órgãos e agentes de segurança pública do Estado de Mato Grosso, tais como a Polícia Militar, a Polícia Civil, e, mediante convênio, às Guardas Municipais e demais agentes fiscalizadores dos Municípios.

Art. 12. A autuação da infração será realizada por meio de Auto de Infração, que deverá conter:

I - A identificação do infrator, quando possível;

II - A descrição da conduta infracional;

III - O local, data e hora da infração;

IV - A indicação da penalidade aplicável;

V - A identificação e assinatura do agente autuador.

§ 1º Na impossibilidade de identificação imediata do infrator, o Auto de Infração poderá ser lavrado contra a conduta constatada, com registro fotográfico ou de vídeo, para posterior apuração.

§ 2º O infrator terá o prazo de 15 (quinze) dias para apresentar defesa prévia, contados da data da notificação.

Art. 13. Assegurar-se-á ao infrator o devido processo legal administrativo, com direito ao contraditório e à ampla defesa, nos termos da legislação vigente.

Art. 14. O Poder Executivo poderá regulamentar esta Lei no que for necessário para sua fiel execução, no prazo de 90 (noventa) dias a contar de sua publicação.

Art. 15. As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

	Estado de Mato Grosso Assembleia Legislativa	
-----------------------------------------------------------------------------------	--------------------------------------------------------	-------------------------------------------------------------------------------------

Art. 16. Esta Lei entra em vigor 90 (noventa) dias após a data de sua publicação.

JUSTIFICATIVA

O presente Projeto de Lei visa combater o uso de drogas ilícitas em logradouros públicos e, de forma especial, nos entornos de locais frequentados por populações vulneráveis ou que demandam um ambiente seguro para o exercício de suas atividades essenciais, como unidades escolares, universidades, creches, hospitais e outros equipamentos públicos no Estado de Mato Grosso.



A Lei nº 11.343, de 23 de agosto de 2006 (Lei de Drogas), já tipifica o uso indevido de drogas como conduta ilícita, prevendo medidas de advertência, prestação de serviços à comunidade e comparecimento a programa ou curso educativo. No entanto, a aplicação dessas medidas no contexto de uso em espaços públicos, especialmente em áreas sensíveis, demonstra a necessidade de uma abordagem complementar que reforce a proteção da ordem pública, da saúde coletiva e da segurança, por meio de penalidades de natureza administrativa, sem adentrar na esfera criminal que é de competência da União.

A Constituição Federal de 1988, em seu artigo 23, inciso II, estabelece a competência comum da União, Estados, Distrito Federal e Municípios para "cuidar da saúde e assistência pública, da proteção e garantia das pessoas portadoras de deficiência". Adicionalmente, o inciso IX do mesmo artigo confere a competência para "promover programas de construção de moradias e a melhoria das condições habitacionais e de saneamento básico". Essas prerrogativas fundamentam a atuação do Estado de Mato Grosso na proteção da saúde pública e na garantia de ambientes salubres e seguros para seus cidadãos. O artigo 200 da CF/88, por sua vez, ao tratar do Sistema Único de Saúde (SUS), preconiza a execução de ações de vigilância sanitária e epidemiológica, bem como as de saúde do trabalhador, reforçando o dever do Estado de promover e proteger a saúde.

De forma crucial, o artigo 227 da Constituição Federal determina que "é dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão". A presença de usuários de drogas ilícitas nas proximidades de escolas e creches expõe crianças e adolescentes a ambientes que podem comprometer seu desenvolvimento e segurança, em direta violação a esse preceito constitucional.

As normas e diretrizes estabelecidas pela Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública (SEJUSP/MT) e pela Secretaria de Estado de Justiça e Direitos Humanos (SEJUDH/MT), *SEJUS/MT, com atribuições que englobam a proteção de direitos, políticas sobre drogas e reinserção social* – reiteram o compromisso do Estado com a promoção da segurança pública, a prevenção do crime e a defesa dos direitos humanos. Este Projeto de Lei alinha-se a essas políticas estaduais, fornecendo um instrumento legal adicional para garantir a tranquilidade e a segurança nos espaços públicos, com foco especial nas áreas mais sensíveis.

É fundamental que o poder público atue de forma preventiva e repressiva, dentro dos limites legais, para dissuadir o uso de drogas em locais que são ou deveriam ser refúgios de segurança e aprendizado. A criação de um ambiente seguro ao redor desses equipamentos públicos é um investimento direto na qualidade de vida da população, na proteção da infância e juventude, na dignidade dos pacientes em hospitais e na segurança de todos que utilizam esses espaços.

	Estado de Mato Grosso Assembleia Legislativa	
-----------------------------------------------------------------------------------	--------------------------------------------------------	-------------------------------------------------------------------------------------

A proposição de penalidades administrativas, como advertência e multa, visa inibir a conduta, promover a conscientização e subsidiar ações de saúde pública, sem desconsiderar a abordagem social e de saúde necessária ao tema. A fiscalização conjunta entre o Estado e os Municípios fortalecerá a ação do poder público, otimizando recursos e garantindo uma aplicação mais eficaz da lei em todo o território mato-grossense.

Diante do exposto, o presente Projeto de Lei se mostra imperativo para salvaguardar a saúde, a segurança e o bem-estar dos cidadãos de Mato Grosso, em consonância com a legislação federal e a Constituição, e com o espírito das políticas públicas estaduais de segurança e justiça.

Edifício Dante Martins de Oliveira
Plenário das Deliberações “Deputado Renê Barbour” em 10 de Dezembro de 2025

Elizeu Nascimento
Deputado Estadual